



## Auto-Aprovisionamento alimentar Uma política ausente nos Açores

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

A riqueza de um país também se mede pela sua capacidade em produzir bens alimentares sem recorrer à importação.

O grau de auto-aprovisionamento de um país ou de uma Região mede para um dado produto o grau de dependência relativamente ao exterior ou a sua capacidade de exportação.

Nos Açores, conseguimos ser auto-suficientes em leite, carne e peixe, todavia, em outros produtos como os hortícolas, as frutas ou matéria primas como o milho grão e o trigo temos de recorrer à importação.

Nos tempos que correm este aspecto traduz-se numa grande preocupação, porque o aprovisionamento alimentar e, em concreto, a gestão dos celeiros voltou a estar na ordem do dia.

Na verdade, nesta mundialização que se assiste, as leis do mercado são “controladas” por quem tem a capacidade de encher os celeiros e gerir estes stocks.



De imediato o mundo acordou para uma realidade muito conhecida mas, em simultâneo, muito esquecida, é preciso alimentar os povos, principalmente, atendendo à explosão demográfica e às economias emergentes como a asiática.

A procura de determinadas matérias-primas, está a provocar uma inflação nos preços, podendo colocar em risco a ambição da sociedade contemporânea de conservar e valorizar o ambiente e os recursos naturais, pela pressão que está ser exercida sobre novas terras aráveis.

Por exemplo, repare-se que o preço do pão não pára de subir, e o pão para continuar a ser um bem acessível a todos será necessário alargar a área de produção do trigo e do milho, porque o que se produz é insuficiente.

Esta, como outras subidas, resultam do facto de existir uma única solução para vários problemas, certamente, um mosaico difícil de gerir: alimentação humana, alimentação animal, energia e natureza estão a competir entre si pelas mesmas fontes primárias.



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

A Região tem de encarar a possibilidade de aumentar a área de hortícolas e frutícolas, bens essenciais à nossa alimentação.

Tem-se verificado um aumento sucessivo das importações e uma perda progressiva da auto-suficiência das ilhas em produtos frescos.

Percebendo o deficit dos Açores nalguns produtos, é preciso estabelecer políticas que nos tornem menos dependentes de produtos alimentares vindos do estrangeiro, isto é, menos prisioneiros do exterior.

Sabemos, contudo, que não podemos ser totalmente auto-suficientes nestas produções.

As condições edafo-climáticas da Região, como ventos fortes e os níveis de humidade propícios ao desenvolvimento de pragas, não permitem atingir esta meta, mas podemos melhorar consideravelmente a auto-suficiência na hortifruticultura.

A diminuta dimensão das explorações, a fraca capacidade concorrencial com os produtos de importação e os pequenos volumes de produção dirigidos aos mercados locais continuam a ser entraves por resolver.



Na fraca capacidade concorrencial, pode-se dizer que são as leis do mercado a funcionar, ou seja, consegue-se vender os produtos importados a um preço mais baixo do que os locais.

Porém, esta é uma questão que ultrapassa a simples lei da oferta e da procura, trata-se de estímulo à produção local e ao consumo local, com todos os benefícios socioeconómicos que daqui advém e, trata-se, acima de tudo, de segurança alimentar.

A importação em detrimento de produções locais acarreta perigos, por um lado, torna-nos muito vulneráveis pelo grau de dependência com o exterior, para mais em Ilhas sujeitas às forças da natureza e, por outro, atendendo à distância e aos diferentes critérios legislativos de segurança alimentar existentes entre continentes, ficamos impossibilitados de controlar como queremos o modo de produção deste bens.

Desde logo, uma melhor política de auto-suficiência alimentar, nestes subsectores agrícolas não passa só por novos apoios financeiros, que são essenciais e sempre bem vindos.

Devem existir, paralelamente, medidas que os tornem estrategicamente sustentados, competitivos e qualitativos, para isso:

-- Interessa saber com exactidão o que entra de hortícolas e frutícolas na Região, porque não existem dados estatísticos, e não se pode actuar sobre aquilo que não se consegue medir.



-- Necessitamos de promover a certificação de algumas espécies e variedades, identificando-se uma estratégia de valorização da qualidade intrínseca e de reconhecimento da especificidade do território;

-- É obrigatório existir marketing também interno aproximando quem produz de quem consome, identicamente, também, numa lógica de consumo sustentável;

-- Urge criar-se programas de qualidade nutricional nos alimentos, como valor competitivo;

-- Importa incentivar praticas de Agricultura mais natural;

-- É fundamental conceber um sistema de extensão rural, baseado na investigação, na informação e na formação;

-- Deve-se conhecer-se os custos produtivos;

e

-- Interessa estimular o Rejuvenescimento próprio destes subsectores;

È, assim, imprescindível estabelecer-se uma atitude regional de produção e consumo local, pois o grau de auto-provisionamento alimentar hortofrutícola parece continuar esquecido nas políticas deste Arquipélago.

Disse  
12/03/2008

António Ventura